

De censores a leitores: reflexões sobre a censura e o prazer de ler no conto “Um general na biblioteca”, de Italo Calvino

From censors to readers: reflections on censorship and the pleasure of reading in the short story “A general in the library”, by Italo Calvino

MARIANE DE SOUSA OLIVEIRA

Mestranda em Estudos de Linguagens (CEFET-MG) e bolsista pela CAPES
E-mail: marianesousaoliveira1@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, objetivamos refletir sobre como o prazer da leitura atravessa as práticas de censura. Conjecturamos que a leitura de prazer modifica a forma como os leitores lidam com os processos censórios. Para tanto, tomamos o conto “Um general na biblioteca” (2001), do escritor italiano Italo Calvino, e algumas considerações desenvolvidas nos textos de Eneida Beraldi Ribeiro (2012), Daniel Roche (1996), Roland Barthes (1987), Alberto Manguel (1997) e Italo Calvino (2015) para tecer argumentos a favor do nosso pressuposto. Através dos leitores presentes no conto e de algumas personagens históricas evocadas no texto de Ribeiro (2012), constatamos que o prazer da leitura rivaliza-se com a censura; transforma os leitores, encorajando-os a enfrentá-la, e converte censores em leitores.

Palavras-chave: censura; leitura de prazer; livro; Italo Calvino.

Abstract: In this work, we aim to reflect on how the pleasure of reading intersects with practices of censorship. We conjecture that the pleasure of reading modifies the way readers engage with censorial processes. To do so, we take the short story “Um general na biblioteca” (2001) by the Italian writer Italo Calvino and some considerations developed in the texts of Eneida Beraldi Ribeiro (2012), Daniel Roche (1996), Roland Barthes (1987), Alberto Manguel (1997), and Italo Calvino (2015) to build arguments in favor of our assumption. Through the readers in the story and some historical characters evoked in Ribeiro’s text (2012), we find that the pleasure of reading rivals censorship; it transforms readers, encouraging them to confront it, and turns censors into readers.

Keywords: censorship; pleasure reading; books; Italo Calvino.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Alberto Manguel (2020), estudioso argentino que se dedica a temas afetos à história do livro, do leitor e do prazer da leitura, condiciona a existência do texto à leitura que fazemos dele, ao afirmar que “A relação do escritor com seus leitores é uma questão de vida ou morte. Se o escritor for lido, vive; se não, morre. Nada nem ninguém influi nessa impiedosa decisão, salvo o leitor” (Manguel, 2020, p. 37). Nesse sentido, ao tomar o livro como suporte de textos, podemos considerar que um livro não lido é um sepulcro,

pois encerra um texto morto¹. Se a não leitura é o decreto de morte do livro, podemos supor, ainda, que o contrário é válido. A leitura, sobretudo hedônica, é o sopro da vida; confere longevidade ao livro. Em todo caso, se a leitura garante a vida e se a não leitura condena à morte, podemos ainda supor que os processos de censura constituem um assassinio de livros. Dessa forma, o prazer de ler poderia ser uma maneira de resguardar os livros de uma morte infundada.

Diante disso, neste trabalho procuramos desenvolver a ideia de censura como assassinio de livros, uma vez que o objetivo maior dessa prática é impedir a leitura, e, mormente, constatar que o prazer da leitura tem o poder de interferir nos processos censórios e enfraquecê-los. Para tanto, utilizamos o conto “Um general na biblioteca”, do escritor italiano Italo Calvino, para elucidar esse pressuposto, considerando informações sobre censura apanhadas nos textos de Ribeiro (2012) e Roche (1996), sobre os quais nos debruçamos a seguir.

A CENSURA ATRAVESSADA PELO PRAZER DE LER

No artigo *A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil colonial*, a pesquisadora Eneida Beraldi Ribeiro (2012) traz informações pertinentes acerca do surgimento, vigência e fim da Inquisição. Além do mais, aborda como a censura literária portuguesa tornou-se modelo para o restante da Europa e como essa censura foi implementada no Brasil-colônia. Mas, conforme o nosso recorte, interessa-nos demonstrar como o prazer de ler atravessa a prática da censura. Assim, destacamos dois exemplos, registrados pela pesquisadora, de como algumas pessoas passavam por cima da censura ao lerem obras listadas no Index (índice de livros proibidos), mesmo sabendo o que lhes aguardava caso fossem denunciadas. Mas, antes de examinarmos os exemplos, gostaríamos de elucidar o que estamos considerando como leitura de prazer. Na obra *O prazer do texto* (2015), Roland Barthes explora detidamente o conceito de “texto de prazer”, bem como o conceito de “texto de fruição”. Conforme transcrevemos a seguir, ele define:

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática *confortável* da leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem (BARTHES, 2015, p. 20-21 – grifo do autor).

Embora essa definição apresente os conceitos de uma maneira dicotômica, o autor garante, mais adiante no texto, que ora eles se contrapõem, ora se complementam: “*Prazer do texto, texto de prazer*: essas expressões são ambíguas porque não há palavra

¹ Pierre Bayard (2007, p. 23) afirma: “Existe mais de uma maneira de não ler, das quais a mais radical é não abrir nenhum livro”. É nessa acepção de não leitura que estamos pensando aqui.

francesa para cobrir ao mesmo tempo o prazer (o contentamento) e a fruição (o desvanecimento). O 'prazer' é, portanto, aqui [...] ora extensivo à fruição, ora a ela oposto" (BARTHES, 2015, p. 27 – grifo do autor).

Dito isso, o primeiro exemplo que gostaríamos de comentar é o da obra *Diana*, concebida por Jorge de Montemayor que, conforme Ribeiro relata, "ficou conhecida em vários países e, apesar de proibida, corria de mão em mão. Não raros foram os pedidos à Inquisição, para que esta permitisse sua leitura" (RIBEIRO, 2012, p. 9). A obra, muito famosa, ganhou traduções em várias línguas e apareceu até mesmo na biblioteca de D. Quixote, personagem de Miguel de Cervantes, fato que justifica sua leitura por vários colonos do Brasil, entre os quais Paula de Siqueira, que realizava sessões de leitura do poema em sua casa. Uma das sessões foi presenciada por um padre que a denunciou (RIBEIRO, 2012). Conforme a pesquisadora relata:

Paula não compreendia as razões pelas quais o livro se tornara proibido, mas, era de seu conhecimento o fato de que sua posse acarretaria em pena de excomunhão. Alegou ao padre que achava sua leitura muito interessante e que pediria licença ao Bispo para continuar seu deleite literário. Mesmo sem essa permissão, continuou a fazer sua leitura, pelo menos por mais dez vezes, e que o leria outras, não fosse o fato de já o saber de cor (RIBEIRO, 2012, p. 11).

A passagem acima atesta a conjectura que norteia este trabalho: a ideia de que o prazer de ler atravessa as práticas de censura. Mesmo sabendo que o livro era proibido e que a pena para sua leitura era a excomunhão, Paula tomou-o como objeto de leitura e se deleitou com tal atividade. Mesmo solicitando permissão e esta sendo negada, a mulher continuou lendo porque o contentamento provocado pela leitura era maior e mais intenso do que o medo da punição pela desobediência. O fato de ter lido "mais de dez vezes" indica tratar-se de uma leitura de prazer, e não de fruição:

Ora, a linguagem encrática (aquela que se produz e se espalha sob a proteção do poder) é estatutariamente uma linguagem de repetição; todas as instituições oficiais de linguagem são máquinas repisadoras: a escola, o esporte, a publicidade, a obra de massa, a canção, a informação, redizem sempre a mesma estrutura, o mesmo sentido, amiúde as mesmas palavras: o estereótipo é um fato político, a figura principal da ideologia. Em face disso, o Novo é a fruição[...] (BARTHES, 2015, p. 50).

Se Paula o releu várias vezes, a história não era uma novidade, mas despertava-lhe algum sentimento (deleite, contentamento, euforia) que fazia valer a pena desobedecer a ordem vigente, e desobedecer repetidas vezes. Esse pode ser considerado, portanto, um exemplo de como o prazer de ler afeta a censura e modifica a maneira como os sujeitos lidam com ela.

O segundo exemplo que Ribeiro elenca refere-se ao poeta Bento Teixeira:

Leitor assíduo, de obras tanto clássicas quanto religiosas, demonstrou um conhecimento invejável para a época, que pode ser analisado através dos textos que redigiu na prisão em Lisboa, onde ficou entre os anos de 1595 a 1599. Entre as denúncias que o levaram ao cárcere estavam a posse e a leitura de *Diana* e a tradução da *Bíblia*. Com relação à *Diana*, confessou o crime, mesmo antes de ser preso, argumentando que sabia ser o livro proibido e que depois de sua leitura, o havia queimado (RIBEIRO, 2012, p. 13 – grifo da autora).

Nesse exemplo, o poeta confessa a ação antes de ser preso. Admitir que leu, mesmo sabendo que o livro era proibido, não obstante alegar o ter queimado após sua leitura, representa um ato de coragem. Talvez o tenha queimado com o intuito de amortizar a pena. Essa última informação fornecida pelo poeta nos transporta para a importância da memória, conforme Alberto Manguel (1997) aborda no capítulo “O livro da memória”, em *Uma história da leitura*. Manguel relata que, quando jovem, tomara aulas particulares de alemão com um professor em Buenos Aires. E, para estimular sua pronúncia, o professor recomendou-lhe que decorasse poemas em alemão e uma balada de Gustav Schwab “na qual um cavaleiro atravessa o lago congelado de Constança e, ao se dar conta do que acaba de fazer, morre de medo na outra margem” (MANGUEL, 1997, p. 83). Ao jovem Manguel agradava ler os poemas, mas não compreendia como podiam lhe ajudar. Então, seu professor confortou-o dizendo que os poemas lhe fariam companhia quando não tivesse o que ler (MANGUEL, 1997).

Se Teixeira de fato queimou o livro depois de tê-lo lido, o recurso da memória emerge como uma ferramenta bem-vinda. De toda forma, ele não ficaria com o livro, seja pela punição dos inquisidores, seja pela fugacidade da memória. Mas ao menos esse último recurso lhe permitia prolongar a existência do livro e consultá-lo sem restrições, afinal

[u]m texto lido e lembrado passa a ser nessa releitura redentora, como o lago congelado do poema que decorei há tanto tempo, tão sólido quanto a terra e capaz de sustentar a travessia do leitor; contudo, ao mesmo tempo, sua existência está na mente, tão precária e fugaz como se suas letras fossem escritas na água (MANGUEL, 1997, p. 83).

Paula de Siqueira e Bento Teixeira seriam, assim, leitores rebeldes, mas, sobretudo, apaixonados, uma vez que, mesmo sabendo que a leitura do livro *Diana* era proibida, que, se o lessem, seriam punidos e que a memória como um arquivo para o livro poderia falhar, eles o leram. Essa atitude demonstra não apenas a coragem dessas personagens históricas ao transgredirem a ordem de não ler *Diana*, como também sua paixão e apreço pela leitura e pelos livros. Demonstra, também, que os processos de

censura travam embate com o prazer da leitura. Arriscamos dizer que um leitor apaixonado (bem como outros agentes envolvidos na concepção, produção e distribuição de livros) sempre encontra maneiras de burlar sistemas de censura, repressão e quaisquer outros meios utilizados para tentar barrar o acesso ao livro e controlar sua circulação, pois, muitas vezes, ao colocar na balança os benefícios e as consequências da leitura, esse leitor constata que aqueles se sobrepõem a estas.

Daniel Roche (1996), no texto “A censura e a indústria editorial”, publicado na obra *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*, cuja organização ele divide com Robert Darnton, traz passagens em que o prazer de ler ou o de obter sucesso com a venda de livros encoraja leitores, impressores, livreiros, em suma, os agentes que tangenciam o mercado editorial, a enfrentarem os processos censórios sem se desassossegarem com as consequências, como é possível constatar na passagem a seguir:

Importações ilegais para o país, impressões clandestinas em Paris ou nas províncias, edições piratas impressas e distribuídas com sucesso, um tráfico doméstico bem organizado de contrabando impresso – tudo isso era mais que suficiente para satisfazer, e de fato enriquecer, aqueles que comerciavam livros do lado errado da lei (ROCHE, 1996, p. 44).

Essas artimanhas satisfaziam não apenas aqueles que comercializavam livros, mas também aqueles que os liam, uma vez que a censura limitava a circulação de obras cujo conteúdo feriam à Igreja, ao rei e à moral. Como os leitores só podiam ler obras cujos conteúdos satisfaziam essa exigência, suas opções de leitura eram reduzidas. Assim, muitos deles recorriam ao circuito ilegal para tentar satisfazer suas necessidades e desejos de leitura. Dessa forma, a censura acabava por suscitar a vontade de ler as obras que ela condenava e, assim, instigava a criação de um mercado clandestino. Talvez esse comércio por baixo dos panos acabou por enfraquecer a censura, o que fez com que o Estado afrouxasse um pouco as rédeas nos momentos em que “fechava os olhos à distribuição de obras polêmicas que primeiro circulavam clandestinamente e depois abertamente, porque a polícia dos livros evitava interferir no comércio” (ROCHE, 1996, p. 44).

Mais uma vez, a voracidade do leitor figura como uma interferência no processo de censura. O leitor era o destinatário final do livro. Assim, todas as etapas pelas quais o livro passa até chegar ao leitor são pensadas para atender às necessidades dele. Ao terem suas opções de leitura restringidas, o mercado se adaptou para fazer circular as obras que os leitores queriam ler, mesmo sob pena de confisco das mercadorias ou prisão dos envolvidos. Afinal, conforme atesta Diderot citado por Roche:

Quanto mais rigorosa era a proibição, mais aumentava o preço da obra proibida, mais encorajava as pessoas a lê-la, mais era comprada, mais era lida. [...] Quando o arauto saía anunciando que uma obra havia sido proibida, os impressores diziam: “Ótimo, mais uma edição!” (DIDEROT *apud* ROCHE, 1996, p. 44).

Em outras palavras, quanto maior fosse a censura que um livro recebesse, maior era a curiosidade dos leitores em possui-lo e lê-lo e maior era o peso na decisão favorável à reprodução e distribuição ilegal desse livro, já que o público ansiava por ele. Mais do que moderar o consumo de obras proibidas, a censura fomentava o mercado sobre esses livros.

Deslocando a discussão para o âmbito da ficção, passamos agora ao conto “Um general na biblioteca”, do escritor italiano Italo Calvino, que constitui outro exemplo de como o prazer da leitura pode interferir no processo de censura. É importante destacar, no entanto, que nos exemplos de Ribeiro (2012) estamos diante de uma situação real enquanto no conto de Calvino (2001) trata-se de uma narrativa ficcional. O que nos interessa com esses exemplos é, acima de tudo, mostrar que o prazer da leitura atravessa as práticas de censura interferindo em seu curso, modificando a maneira como os sujeitos lidam com ela, rivalizando-a, e isso pode ser demonstrado a partir de situações tanto reais quanto ficcionais.

CONVERSÃO DE CENSORES EM LEITORES

Não é por acaso que Italo Calvino (1923 – 1985) é considerado um dos maiores escritores do século XX. Apropriando-se das virtudes descritas em *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas* (1988)², o escritor produziu textos sensíveis a vários temas. Um deles, sempre recorrente em suas obras, é o prazer da leitura. Dentre os textos que trazem essa temática, podemos destacar o romance *Se um viajante numa noite de inverno* (1979), o conto *A aventura de um leitor* e o conto *Um general na biblioteca*. Este último, objeto de nosso interesse.

A história narrada no conto é a de um grupo de militares enviados pelos seus superiores para a maior biblioteca da pequena nação Panduria, com o objetivo de recolher os livros que colocavam em questão o prestígio militar. Encabeçada pelo general Fedina, a comissão de inquérito rumou para a biblioteca dispensando todos os funcionários de seus serviços, exceto o senhor Crispino, o velho bibliotecário, que lhes serviria de guia. Retirado o pessoal da biblioteca, a comissão e o bibliotecário se trancaram no local para começar a inventariar as obras. Também os usuários tiveram o acesso à biblioteca negado para que se pudesse executar o serviço sem perturbações. O objetivo da operação era classificar os livros em adequados ou inadequados para a leitura de oficiais e suboficiais. E a ordem era para que eles não saíssem de lá até que a tarefa estivesse concluída. Ademais, o general Fedina, todas as noites, deveria transmitir ao comando supremo um relatório com informações acerca da operação (CALVINO, 2001).

² Obra composta por cinco, das seis Charles Eliot Norton Poetry Lectures que Calvino foi convidado a proferir no ano letivo de 1985-1986, na Universidade de Harvard, em Cambridge. Calvino preparou cinco conferências intituladas Leveza, Rapidez, Exatidão, Visibilidade e Multiplicidade e deixou a sexta (Consistência) para escrever ao longo do ano letivo, mas faleceu antes. Cada conferência é dedicada a uma qualidade que o autor julgava necessário transmitir à literatura do próximo milênio.

Dentre as informações, destacava o número de obras examinadas, retidas e declaradas adequadas para a leitura. E, esporadicamente, relatava situações como a perda de algum exemplar ou a solicitação de óculos para leitura em substituição a algum quebrado durante a tarefa. Mas, com o passar do tempo, ao invés de diminuir a pilha de livros submetidos ao exame, esta se adensava e crescia. Isso se devia ao senhor Crispino que, disfarçada e sorrateiramente, incumbia os tenentes da tarefa de ler outros textos que explicassem aqueles que eles estavam condenando à retirada (à morte), conforme lemos no trecho a seguir:

[...] o tenente Abrogati se levantava dando um pulo e jogava em cima da mesa o volume que estava lendo: — Mas é inacreditável! Um livro sobre as guerras púnicas que fala bem dos cartagineses e critica os romanos! Precisamos denunciá-lo imediatamente! — (Diga-se de passagem que os pandurianos, com ou sem razão, consideravam-se descendentes dos romanos.) Com seu passo silencioso dentro das pantufas felpudas, o velho bibliotecário vinha se aproximando dele. — E isso não é nada — dizia —, leia aqui, ainda sobre os romanos, o que está escrito, também se poderá pôr isso no relatório, e isso, e mais isso — e lhe submetia uma pilha de volumes. O tenente começava a folhear os livros, nervoso, depois ia lendo mais interessado, tomava notas. E coçava a testa, resmungando: — Santo Deus! Mas quanta coisa a gente aprende! Quem diria! (CALVINO, 2001, p. 76).

Essa artimanha do bibliotecário não só atrasou a tarefa como também instruiu os oficiais, de modo que o número de obras examinadas aumentasse, mas o número de obras condenadas diminuísse até tornar-se nulo. A falta de conhecimento sobre determinados temas e a leitura à primeira vista, recortada pela ordem do comando supremo de censurar as obras que questionassem o prestígio militar, faziam com que eles se indignassem com as obras e as condenassem sem piedade. Por sorte, o senhor Crispino intervinha providencialmente com uma pilha de outros livros que esclareceriam as questões e, assim, supostamente, enriqueceriam o relatório final. Mas, ao ler as recomendações do velho, os oficiais se aprofundavam no tema e, tomando conhecimento do assunto, compreendiam a importância da obra que, em um primeiro momento, seria classificada como inadequada. Ao obedecerem às orientações do velho, os oficiais envolvidos na tarefa desfrutavam de uma leitura de fruição que, como vimos no início deste trabalho, desconforta os leitores, abala suas bases históricas e culturais e a consistência de seus gostos, coloca-os em contato com a novidade (BARTHES, 2015), tal como ocorre com Abrogati, na passagem supracitada.

Assim, a intervenção do bibliotecário acabou modificando o curso da missão, de modo que, no momento da conclusão da tarefa e da entrega do relatório final ao comando supremo, no lugar da lista de livros censurados, o general Fedina entregou

[...]uma espécie de compêndio da história da humanidade [...] no qual todas as idéias [sic] mais indiscutíveis para os bem-pensantes da Panduria eram criticadas, as classes dirigentes denunciadas como responsáveis pelas desventuras da pátria, o povo exaltado como vítima heróica[sic] de guerras e políticas equivocadas (CALVINO, 2001, p. 78).

Em suma, uma exposição confusa e contraditória como são as daquele que “abraçou há pouco novas idéias [sic]” (CALVINO, 2001, p. 79). Como resultado de tal ato, “o general e os quatro tenentes foram mandados para a reserva por motivos de saúde, por causa de ‘um grave esgotamento nervoso contraído no serviço” (CALVINO, 2001, p. 79). Em outras palavras, o comando supremo, como é próprio das instâncias por trás dos processos censórios, não gostou do resultado produzido pela missão e demonstrou seu poder ao “mandar para a reserva” os envolvidos na história, claramente numa tentativa de acobertar a fragilidade do processo censório perante uma arma de combate potente: o prazer da leitura.

O conto de Calvino reforça, nesse sentido, a suposição de que o prazer da leitura rivaliza com a censura. Mais uma vez o hábito da leitura interfere no curso do processo de censura, modificando-o. O general e os quatro tenentes encarregados de avaliar as obras e qualificá-las em adequadas ou inadequadas, sob a curadoria de um velho amante de livros, acabam sendo mergulhados no universo da leitura. A desobediência ao comando da missão, no entanto, destituiu a equipe de censores da tarefa, mas, uma vez incutida a fruição nesses homens, o que seria uma punição acabou sendo um alento, libertando-os para frequentarem livremente a biblioteca, como vislumbramos no desfecho da narrativa: “Vestidos à paisana, encapotados dentro de sobretudos acolchoados para não congelarem, frequentemente eram vistos entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros” (CALVINO, 2001, p. 79). Um caso curioso de conversão de censores em leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi empreendido com o objetivo de conjecturar acerca do prazer proporcionado pela leitura como uma forma de afrontar os processos censórios. Consideramos que o prazer de ler atravessa as práticas de censura modificando-as, perturbando-as e rivalizando com elas. Assim, após essa breve exposição, acreditamos ter condições de esboçar uma conclusão favorável à referida suposição. Acreditamos, ainda, que, caso a investigação seja estendida, obteremos mais exemplos e mais suplementos argumentativos a favor do recorte deste trabalho. Por ora, limitamo-nos a concluir que o prazer da leitura perpassa os processos de censura e modifica-os, conforme suspeitávamos, seja essa censura de cunho religioso, como nos exemplos extraídos de Ribeiro (2012); político, como no conto de Calvino (2001); ou ainda um processo histórico, conforme Roche (1996).

Foi possível perceber, a partir das personagens mobilizadas para demonstrar tal assertiva, que a leitura de prazer (e podemos acrescentar a de fruição) marca presença

ao se sobrepôr à censura, mudando o comportamento dos leitores frente aos processos de repressão. Paula de Siqueira e Bento Teixeira enfrentaram as penas da censura inquisitorial do Brasil colonial porque o prazer, o contentamento e a euforia possibilitados pela leitura, compensaram as consequências do ato. O general Fedina e seus tenentes estavam em outro contexto (tanto de censura quanto de gênese, afinal, esses são personagens ficcionais), mas também eles, após experimentarem os prazeres da leitura, encorajaram-se contra o sistema que tentava restringi-la e enfrentaram as consequências cabíveis.

A leitura, nesse sentido, mais que um prazer, é uma arma da qual os leitores se munem para afrontar os processos censórios. Ademais, como declara Italo Calvino (2015):

Penso que a leitura não é comparável a nenhum outro meio de aprendizado e de comunicação, porque ela tem um ritmo próprio, que é governado pela vontade do leitor; a leitura abre espaço de interrogação, de meditação e de exame crítico, enfim, de liberdade; a leitura é uma relação com nós mesmos, e não apenas com o livro: como nosso mundo interior, através do mundo que o livro nos abre (CALVINO, 2015, p. 127-128).

Ou seja, ler proporciona prazer porque é uma forma de liberdade, de autoconhecimento, de autocompreensão e de empoderamento e encorajamento do leitor, que institui sua vontade ao governar o ritmo da leitura, características que podem ser verificadas no perfil dos personagens sobre os quais nos debruçamos. Eis o motivo da censura, eis o motivo da paixão hedônica pelos livros e pela leitura. Eis, enfim, o motivo de o prazer de ler ter o poder de desbaratar os processos censórios, como tentamos demonstrar com os exemplos e as discussões levantados no decurso deste texto.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BAYARD, P. **Como falar dos livros que não lemos?**. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, I. Um general na biblioteca. *In*: CALVINO, I. **Um general na biblioteca**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 74-79.

CALVINO, I. O livro, os livros. *In*: CALVINO, I. **Mundo escrito e mundo não escrito: Artigos, conferências e entrevistas**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.115-128.

MANGUEL, A. O livro da memória. *In*: MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 73-83.

MANGUEL, A. Autor, editor, leitor. *In*: MANGUEL, A. **Notas para uma definição do leitor ideal**. Trad. Rubia Goldoni; Sérgio Molina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. p.37-40

RIBEIRO, E. B. A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil colonial. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 01-16, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/367>.

ROCHE, D. A censura e a indústria editorial. *In*: DANRTON, R.; ROCHE, D. (org.). **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 21-48.